

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL EM CORINTO: DEBATES RECENTES

Genildo Provin^{*}
Gilvaldo Mendes Ribeiro^{*}
Sebastiana Nogueira^{*}
Vinicius Galleazzo^{*}

Resumo

Este artigo é fruto dos seminários e discussões sobre a estratificação social na comunidade paulina de Corinto, durante a disciplina *Estudos em História Antiga*, do curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UMESP, no primeiro semestre de 2006. Trata-se de um artigo coletivo, cujo objetivo é apresentar as polêmicas mais recentes sobre o tema no cenário internacional, resenhando artigos atuais e, muitas vezes, inéditos aos leitores brasileiros. São apresentados e debatidos nomes fundamentais na pesquisa do NT, como Theissen e Meggitt, que apresentam visões distintas quanto à interpretação social das comunidades paulinas, defendendo desde a existência de segmentos sociais mais abastados (que exerciam forte influência na comunidade), até a presença maciça de grupos sociais pobres, praticantes do *mutualismo*.

^{*} Genildo Provin é teólogo pelo Instituto Teológico Franciscano (ITF), bacharel em Filosofia pela Universidade São Francisco (USF), especializado em Bíblia, AT e NT, pelo Centro Bíblico Verbo e mestrando em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Endereço eletrônico: frprovin@ig.com.br.

^{*} Gilvaldo Mendes Ribeiro é bacharel e licenciado em Filosofia pela Universidade São Francisco (USF) e mestrando em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), com o apoio da CAPES. Integrante do Grupo Oracula de Pesquisas em Apocalíptica Judaica e Cristã. Endereço eletrônico: gilvaldosvdnic@yahoo.com.br.

^{*} Sebastiana Nogueira é mestranda em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Integrante do Grupo Oracula de Pesquisas em Apocalíptica Judaica e Cristã. Endereço eletrônico: sebastiananogueira@terra.com.br.

^{*} Vinicius Galleazzo é bacharel e licenciado em História pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrando em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Integrante do Grupo Oracula de Pesquisas em Apocalíptica Judaica e Cristã. Endereço eletrônico: viniciushistoria@educacional.com.br.

Palavras-chave: Corinto, comunidades paulinas, estratificação social, pobreza, mutualismo, conflitos comunitários.

Abstract

This article is the result of seminars and discussions about social stratification in Pauline Community of Corinth, under the subject "Studies on Ancient History", of the Post-Graduation course of UMESP "Sciences of Religion in the first half of 2006. It is a collective article which objective is to present the more recent controversial discussions about this subject in international forums, summarizing articles which are not only current but, sometimes, unknown to Brazilian public. Important names to NT research, like Theissen and Meggit, are introduced and discussed. Individual point of views on the social patterns of Pauline Communities are also introduced, exploring the existence of a wide range of social segments, from wealthy groups (with strong influence in the community) to the massive presence of poor groups, followers of mutualism.

Keywords: Corinth, Pauline communities, social stratification, poverty, mutualism, communities conflicts.

INTRODUÇÃO

É consenso entre os pesquisadores que a literatura paulina exerce um papel fundamental no cristianismo, provavelmente desde as suas origens. Não é de se estranhar, portanto, os intensos debates teológicos surgidos em torno desses escritos, que não ficaram restritos a um único grupo cristão. Porém, desde o século XIX, vários pesquisadores passaram a investigar outros aspectos que perpassam o *corpus* paulino, tais como questões relativas à estruturação das comunidades fundadas por Paulo; suas relações com a sociedade greco-romana, na qual estavam inseridas; o papel que as mulheres tinham nessas comunidades; o possível enfrentamento com outros credos religiosos.

Tais investigações foram se aprofundando no decorrer de todo o século XX e início do século XXI; e com as facilidades trazidas pelas novas tecnologias da informação, tem sido possível aos pesquisadores, professores, alunos e outros interessados, acompanharem as discussões mais recentes sobre as mais diversas temáticas envolvendo a literatura legada por Paulo. A partir desta constatação é que se deu a proposta da disciplina *Estudos em História Antiga*, do

curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UMESP, ministrada no primeiro semestre de 2006 pelo Prof. Dr. Paulo Augusto de Souza Nogueira, quando os diversos grupos resenharam os artigos científicos mais recentes sobre os temas propostos, para que fossem apresentados e debatidos em aula. Neste sentido, este artigo apresenta e discute a bibliografia relativa ao problema da estratificação social na comunidade cristã de Corinto, primeira temática desenvolvida durante a disciplina.

Um debate secular

As pesquisas sobre a caracterização social dos membros da comunidade de Corinto não são recentes. Já nas últimas décadas do século XIX, é possível encontrar eruditos que se dedicaram a essa questão. Em 1882, J. Hasenclever defendia que indivíduos pertencentes a classes mais elevadas teriam se infiltrado no seio do cristianismo; alguns anos depois, em 1900, R. Knopf sugeriu que as primeiras comunidades cristãs de origem gentílica eram socialmente estratificadas. Ao mesmo tempo, nomes como F. Engels (1894-95) e A. Deismann (1908) sustentavam que o cristianismo era um movimento socialmente constituído por indivíduos oriundos das classes mais baixas¹.

A segunda metade do século XX trouxe novas perspectivas sobre um cristianismo paulino socialmente estratificado. Autores como E. A. Judge (1960), A. Malherbe (1977), R. M. Grant (1977) e W. A. Meeks (1983) defendiam que as diferenças sociais entre os cristãos de Corinto eram bastante perceptíveis na literatura paulina, e tais diferenças levaram ao surgimento de conflitos, inclusive². Importante autor nesse contexto foi G. Theissen, cujo artigo *Social stratification in the Corinthian community: a contribution to the sociology of early Hellenistic Christianity*³, originalmente publicado em alemão, em 1974, foi o ponto de partida para o trabalho desenvolvido durante o semestre.

Em defesa da estratificação social

¹ THEISSEN, G. The social structure of pauline communities: some critical remarks on J. J. Meggitt, Paul, poverty and survival. In: JSNT 84, 2001, p. 66.

² Idem, p. 67.

³ THEISSEN, G. Social stratification in the Corinthian community: a contribution to the sociology of early Hellenistic Christianity. In: ADAMS, E. & HORRELL, D. G. *Christianity in Corinth: the quest for the pauline church*, Louisville/London: Westminster John Knox Press, 2004, pp. 97-105.

Em seu artigo, Theissen defende amplamente a tese de que a comunidade cristã de Corinto era caracterizada por uma estratificação social interna. Segundo ele, a maioria dos membros era oriunda das camadas inferiores da sociedade greco-romana, contrastando com uma pequena minoria pertencente aos estratos superiores, e que seriam determinantes na estruturação do movimento cristão naquela localidade. Em hipótese alguma essa estratificação seria acidental, mas sim o resultado de causas estruturais daquela sociedade. Sendo assim, a composição social da comunidade de Corinto poderia ser a característica fundamental das comunidades cristãs de origem helenística. Para sustentar essa tese, o autor desenvolveu sua metodologia de pesquisa em torno da posição social de cada indivíduo dentro do contexto comunitário e, para tanto, analisou as declarações epistolares sobre o conjunto da comunidade, sobre grupos internos e sobre indivíduos específicos.

Quanto às declarações sobre o conjunto da comunidade, G. Theissen apresenta principalmente o texto de 1 Co 1.26-29, que reproduzimos a seguir:

Irmãos, reparai, pois, na vossa vocação; visto que não foram chamados muitos sábios segundo a carne, nem muitos poderosos, nem muitos de nobre nascimento; pelo contrário, Deus escolheu as coisas loucas do mundo para envergonhar os sábios e escolheu as coisas fracas do mundo para envergonhar os fortes; e Deus escolheu as coisas humildes do mundo, e as desprezadas, e aquelas que não são, para reduzir a nada as que são; a fim de que ninguém se vanglorie na presença de Deus.

Esta declaração ofereceria uma idéia de como Paulo entendia a composição da comunidade de Corinto. Ela poderia até confirmar a tese de uma comunidade cristã baseada nas camadas sociais mais baixas. Uma análise mais acurada, no entanto, demonstra que Paulo faz menção, primeiramente, a três categorias de pessoas: *sábios*, *poderosos* e *nobres de nascimento*; a essas categorias, o apóstolo opõe termos como *coisas loucas*, *coisas fracas* e *coisas humildes, desprezadas, aquelas que não são*. Theissen traça um paralelo com o mundo da sátira filosófica grega e conclui que Paulo tinha em mente uma idéia sociológica destes termos.

Se Paulo afirma que não havia muitos sábios, nem poderosos e nem muitos de nobre nascimento naquela comunidade cristã, é possível supor, então, que havia uns poucos que se

enquadravam nestas categorias. No entanto, ainda que fossem em número menor, tais pessoas deveriam ter uma forte influência no movimento cristão. E o fato de Paulo dedicar vários trechos de suas cartas ao embate com a sabedoria, segundo Theissen, leva a crer que os sábios estavam inseridos no campo daqueles que detinham o poder dentro da comunidade. Em 1 Co 4.10 aparecem novamente os termos de oposição, com forte significação sociológica: uns (*nós*) são loucos, fracos e desprezíveis por causa de Cristo, enquanto outros (*vós*) são sábios, fortes e nobres.

Quanto às declarações sobre indivíduos, Theissen considerou a profissão ocupada pelos membros, se possuíam casas, quais serviços eram prestados à comunidade e possíveis viagens mencionadas. O primeiro caso analisado é o de Crispo, citado em At 18.8 como chefe de sinagoga de Corinto. Sua conversão teve uma importância grande para o movimento cristão na cidade, pois segundo a mesma passagem, “também muitos dos coríntios, ouvindo, criam e eram batizados”. O autor deixa uma questão no ar: a conversão de uma pessoa sem influência social provocaria uma onda de conversão a determinado grupo ou projeto? Além disto, sabe-se que a manutenção de uma sinagoga era bastante onerosa e, por isso, era racional entregar esse cargo a uma pessoa financeiramente bem colocada. Para sustentar esta hipótese, o autor apresenta um levantamento de várias inscrições encontradas em sinagogas do mundo romano, onde os respectivos chefes deixavam para a posteridade as benfeitorias realizadas.

Outro membro da comunidade apresentado por Theissen é Erasto, o “tesoureiro da cidade” (Rm 16.23). No entanto, essa menção é problemática, pois Erasto tanto poderia ocupar o cargo de administrador municipal ou ser apenas um funcionário desta administração. Mas ainda que não fosse o cargo mais alto na carreira administrativa, a indicação para uma função pública exigia uma certa riqueza pessoal. Além das menções a Erasto e a Crispo, o autor faz um levantamento de dezesseis nomes individuais, mais o nome de um grupo, o de Cloé. Esses indivíduos foram nomeados por Paulo, e com certeza possuíam condições de viajar e entrar em contato mais facilmente com o apóstolo. Eram pessoas com grande influência no contexto comunitário e, provavelmente, segundo Theissen, pertenceriam a segmentos mais abastados na sociedade daquele período.

Uma comunidade pobre

A tese defendida por Theissen tornou-se bastante aceita nos meios acadêmicos, sendo conhecida como o *novo consenso*, em oposição ao que seria o *antigo consenso*, ou seja, a tese de que as comunidades cristãs helenistas eram formadas basicamente por membros das camadas mais pobres do mundo romano. Uma obra bastante crítica ao *novo consenso* surgiu em fins dos anos 1990 – *Paul, poverty and survival* –, na qual J. J. Meggitt tenta rebater os argumentos trazidos por G. Theissen, W. Meeks e A. Malherbe⁴.

O livro de Meggitt é originalmente sua tese de doutoramento e também versa sobre a problemática sócio-econômica nas comunidades paulinas, mas seu autor propõe uma análise mais rigorosa, questionando as várias colocações anteriormente apresentadas. Para ele, os argumentos listados por Theissen, por exemplo, são anacrônicos e inapropriados para a sociedade romana do século I. Citando Peter Garnsey, em seu livro *Patronage of the rural poor in the Roman world*, Meggitt afirma que Paulo e seus seguidores estavam entre os *pobres*, aqueles que constantemente lutavam por sua sobrevivência física⁵. Como estratégia de sobrevivência, essas comunidades praticavam uma espécie de *mutualismo*, conceito que o autor toma emprestado da pesquisa sobre movimentos sociais do século XIX; o melhor exemplo dessa prática mutualista seria a coleta destinada aos pobres de Jerusalém, mencionada várias vezes na literatura paulina.

No entanto, a resenha crítica sobre a obra de Meggitt, elaborada por D. Martin, apresenta diversas falhas metodológicas e retóricas do autor. Para Martin, há uma simplificação na divisão social romana (segundo Meggitt, a elite romana era formada por cerca de 1% da população, enquanto os 99% restantes seriam os *pobres* ou *destituídos*); não se leva em conta, também, a diversidade de membros que possuem casas e acolhem a comunidade nelas, que são donos de negócios, viajam, demonstram conhecimentos da educação retórica grega e até mesmo sustentam atividades missionárias. Além disso, Meggitt faria um uso parcial e tendencioso das fontes romanas, como Apuleio e Juvenal, não levando em conta o estilo literário dos autores. Quanto ao mutualismo, este seria uma interpretação *romântica*, que não se encaixaria nas lutas sociais apresentadas pelo *corpus* paulino. Martin insiste na existência de um

⁴ Infelizmente, o único contato com a obra de Meggitt foi a partir da resenha crítica de D. Martin. Cf. MARTIN, D. Review Essay: J.J. Meggitt, Paul, poverty and survival. In: *JSNT* 84, 2001, pp. 51-64.

⁵ Idem, p. 52.

patriarcalismo benevolente, em que os membros mais abastados da comunidade agiam como *demagogos* típicos do mundo grego.⁶

⁶ *Ibidem*, p. 63.

Novamente a estratificação social

Após a publicação de *Paul, poverty and survival*, Theissen entra novamente em cena com dois importantes artigos, que trazem novas luzes sobre a questão social em Corinto. Primeiramente,⁷ o autor fará um breve histórico da pesquisa, afirmando que sua tese nunca foi nova e tampouco é consensual, como Meggitt apresenta em sua obra. Além disso, Theissen aborda também a discussão acadêmica surgida em torno da problemática do *status*: sabe-se que muitas pessoas bem sucedidas na sociedade romana, por exemplo, não faziam parte da elite; esses indivíduos sentiam-se deslocados na sociedade e talvez tenham aderido mais facilmente aos grupos cristãos, que não seguiam as normas sociais gerais.

O autor corrobora as críticas de J. J. Meggitt no que diz respeito a vários termos utilizados insatisfatoriamente na pesquisa, como *classe média*. Concorde também que a elite romana fosse apenas 1% da população total. Porém argumenta que deve ser feita uma distinção entre a classe imperial dos *senadores* e *cavaleiros* das classes superiores locais, como os *decuriões* de cada cidade. E, neste sentido, lembra que muitos cristãos faziam parte de ordens superiores da sociedade, ainda que não exercessem algum tipo de poder; muitas mulheres, inclusive, tiveram um papel muito importante nas comunidades cristãs, pois eram proibidas de participar dos cultos públicos romanos. O exemplo clássico seria o de *Flavia Domitila*, que foi banida da família de César por ser cristã⁸.

G. Theissen lembra também que o cristianismo helenista é um movimento urbano, mas não homogêneo, como Meggitt leva a crer. Para ilustrar seu ponto de vista, ele apresenta dados sobre os salários anuais pagos a alguns funcionários da cidade de Urso, na Espanha, em 44 a.C.: enquanto o secretário do prefeito recebia 1.200 sestércios anuais, um simples servidor da administração recebia 600 sestércios; já um arquivista contava com apenas 300 sestércios, um terço da renda anual de um legionário do século I. Para o arquivista, o secretário poderia ser considerado alguém relativamente rico; este, por sua vez, talvez se considerasse *pobre*. Assim, o movimento cristão deveria localizar-se majoritariamente na *plebs* urbana, mas atraía, segundo Theissen, membros das camadas mais altas e outros das camadas mais baixas.

⁷ THEISSEN, *The social structure...*, pp. 65-84.

⁸ Idem, p. 71.

Na conclusão do primeiro artigo, o autor retoma alguns dos indivíduos nomeados na correspondência do apóstolo, como fez em outra oportunidade, utilizando dois critérios: (i) cargos públicos exercidos na sociedade e na comunidade; (ii) líderes de *casas* na sociedade e líderes de igrejas domésticas na comunidade, conforme a tabela que segue:⁹

	<i>Sociedade</i>	<i>Comunidade</i>
<i>Cargos e serviços</i>	<p>Erasto, “tesoureiro da cidade” (Rm 16.23).</p> <p>Crispo, o “principal da sinagoga” (At 18. 8).</p>	<p>Priscila e Áquila (Rm 16.3).</p> <p>Febe, “diaconisa” e “protetora” (Rm 16.1-2).</p> <p>Estéfanos e sua casa, “servidores” (1 Co 16.15).</p>
<i>Casas</i>	<p>Estéfanos (1 Co 1.16; 16.15).</p>	<p>Priscila e Áquila e a “igreja que se reúne na casa deles” (Rm 16.3; 1 Co 16.19).</p> <p>Gaio, “que hospeda a mim e a toda a igreja” (Rm 16.23).</p>

Antes de aprofundar a questão dos indivíduos, Theissen faz uma explanação sobre as *collegia* (associações ou clubes) da antiga sociedade romana, que poderiam ter um caráter *profissional* ou *religioso*. As associações profissionais tinham patronos oriundos dos segmentos sociais mais altos, como senadores. Cerca de 2/3 de seus membros eram libertos. Havia também um bom número de homens livres, mas não se contava com muitos escravos. Os patronos das associações religiosas eram, no máximo, decuriões; ainda que tivessem muitos membros

⁹ Ibidem, p. 76.

libertos e livres, contavam com um bom número de escravos. Isso explicaria porque o tempo de exercício dos cargos de liderança nas associações religiosas era mais breve do que nas profissionais: os escravos tinham possibilidades menores de arcar com os custos de tais funções, problema que não ocorreria nas associações profissionais.

O autor naturalmente compara o cristianismo às associações religiosas. No entanto, não exclui a possibilidade de comparar as comunidades cristãs àquelas de cunho mais profissional, sobretudo no que se refere ao tempo de exercício dos cargos comunitários de liderança. Citando uma carta de Clemente, sustenta que os cargos em Corinto deveriam ser permanentes, e que a troca era, inclusive, vista com maus olhos (1Clem 42-59). Assim, essa longa permanência indicaria uma certa prosperidade e um elevado *status* social.

Em relação aos indivíduos citados na correspondência paulina, Theissen não pretende provar que o edil *Erasto* da inscrição encontrada em Corinto seja a mesma pessoa citada em Rm 16.23. Esta possibilidade, no entanto, não pode ser excluída. Ele sugere até que Erasto fosse um patrono gentio, uma espécie de simpatizante da comunidade. Desta forma, ficaria explicado por que seu nome vem acompanhado com um título público, e não comunitário.

Quanto a Crispo (At 18.8), o autor refuta os argumentos de Meggitt, que afirma não acreditar que tal função indicasse um *status* social relevante e uma certa prosperidade econômica. Segundo ele, existem cerca de 40 inscrições nomeando chefes de sinagoga em todo o Império, e todas se relacionam a algum tipo de benfeitoria comunitária promovida por esses indivíduos, existindo casos, inclusive, da construção de sinagogas completas. No caso de Estéfanos, fala-se da sua *casa*, indicação clara de *status* e prosperidade. Pode-se deduzir que Paulo e seus correspondentes entendiam, por este termo, o conjunto de escravos, clientes, além da propriedade fundiária. Além disso, Estéfanos viajou ao encontro Paulo (1 Co 16.17), outro sinal de prosperidade econômica. Também é possível dizer que Gaio possuía uma residência considerável, pois recebia “toda a igreja” (Rm 16.23).

Theissen também faz uma concessão à hipótese mutualista de J. Meggitt, ao final desse primeiro artigo. Para ele, a existência de estratificação social na comunidade de Corinto não se opõe frontalmente à idéia *mutualista*. O mutualismo pode ter existido sim, como uma estratégia para uma maior igualdade entre os membros da comunidade. Porém, tal mutualismo acabou

transformando-se num *patriarcalismo amoroso*, tese que havia sido proposta pelo mesmo Theissen, na década de 1970¹⁰.

Cerca de dois anos após esse primeiro artigo, ele novamente apresentará conceitos já trabalhados, ainda em resposta à questionadora obra de J. J. Meggitt.¹¹ Através de informações extraídas de Dio Crisóstomo, começa por fazer a defesa da cidadania romana de Paulo, citada em At 22.25-29; tal cidadania indicaria um *status* jurídico diferenciado e, provavelmente, uma situação econômica modesta. Para referendar seu argumento, afirma que o escritor romano Plínio cita a existência de cidadãos romanos entre judeus e cristãos. Segundo Theissen, se os judeus do período romano não costumavam citar esse fato em suas lápides funerárias, não o faziam posto que tal fato não aumentaria sua reputação interna na comunidade. Provavelmente seja por esse motivo que Paulo não faz referência a essa cidadania; já nos círculos lucanos, tal menção seria importante, o que justificaria a citação do fato em *Atos*.

Theissen reapresenta também sua discussão sobre o texto de 1 Co 1.26-29, utilizado no seu primeiro artigo já comentado, sustentado que àqueles membros que nada eram na comunidade podem ser contrapostos os de nobre nascimento, indicando a existência de estratificação social em Corinto. O autor utiliza-se também do texto de 2 Co 8, no qual Paulo, ao promover sua coleta em favor dos pobres de Jerusalém, faz algumas declarações sobre o *status* econômico da comunidade. Ainda que o apóstolo utilize-se de elementos retóricos para convencer os coríntios sobre seu projeto (como a *extrema pobreza* das comunidades da Macedônia e a *prosperidade* coríntia, além da *igualdade* que desejava promover em todas as comunidades), tais palavras não podem ser vistas como meramente retóricas, já que a chegada de representantes das comunidades macedônicas era esperada, assim como o envio de uma delegação coríntia à Jerusalém. O contato pessoal entre cristãos de diversas regiões poderia colocar Paulo em xeque, caso ele faltasse com a verdade.

Outro aspecto trabalhado por Theissen são as refeições mencionadas na documentação paulina, como as controvérsias em torno da Ceia do Senhor (1 Co 11.17-34) e a questão das refeições idólatras (1 Co 10.27-29). Iniciando pela questão da Ceia, o autor retoma a

¹⁰ Ibid., p. 84.

¹¹ THEISSEN, G. Social conflicts in the Corinthian community: further remarks on J. J. Meggitt, Paul, Poverty and Survival. In: *JSNNT* 25.3, 2003, pp. 371-391.

argumentação de Meggitt, para quem esse ato não era uma refeição comum: apenas os elementos consagrados eram comidos e bebidos. Tal opinião seria bastante improvável, pois a Ceia é comparada às refeições idólatras (1 Co 10.21), além da menção ao cálice após a ceia (v.25) e a existência de pessoas embriagadas durante o ato. À existência de aspectos profanos durante essa refeição somam-se elementos que sustentam a existência de conflitos sociais durante a Ceia. No v. 22, por exemplo, Paulo questiona se alguns membros não têm casa para comer ou beber (onde *casa* não significaria necessariamente um edifício térreo, mas sim *apartamentos alugados*); pode-se inclusive supor que aqueles que nada têm, provavelmente não teriam nada para comer. O apóstolo também faz menção a membros que podiam começar a refeição antes dos outros; isso significaria que esses possuíam algum tempo ocioso, indicação de um *status* social elevado.

Para reforçar seu argumento, o autor apresenta relações com outros documentos da Antigüidade clássica, quando as refeições indicavam a posição social dos comensais. Refeições em comum carregavam em si uma certa igualdade: Plínio, um aristocrata, comia e bebia com libertos; Marcial, um cliente, queria participar da mesma refeição do seu patrono. Essa igualdade, porém, seria apenas um ideal. Luciano de Samosata, por exemplo, apresenta relatos da divisão de porções segundo as diferenças sociais, assim como em Xenofonte e Plutarco; este, na sua biografia de Licurgo, afirma que o líder grego instituiu refeições comuns, para que ricos não levassem vantagens sobre os pobres. Os membros abastados da comunidade seguiam esse exemplo negativo, no qual os ricos comiam mais e melhor que os pobres em eventos que, teoricamente, deveriam promover a integração da comunidade, e não sua separação.

Ainda sobre as refeições, Theissen afirma que apenas pessoas mais abastadas poderiam consumir carne diariamente, alimentos estes comprados nos *macella* (1 Co 10.25) que, segundo Juvenal e Apuleio, cobravam preços altíssimos pelo produto. Os pobres, normalmente, não comiam carne, exceto nos festivais religiosos. Citando Sêneca, Theissen afirma que a comida dos pobres era ordinariamente vegetariana. Se existem referências ao consumo de carne na comunidade de Corinto, portanto, pode-se entender que havia membros de grupos sociais elevados. As *propinae*, estabelecimentos comerciais que ofereciam alimento já preparado (e que, segundo J. J. Meggitt, também vendiam carne aos seus freqüentadores), realmente tinham importância na vida do povo simples, já que muitos não tinham suas próprias cozinhas em

seus apartamentos alugados, não tendo possibilidade de preparar refeições quentes. Mas vários imperadores, como Cláudio, Nero e Vespasiano, restringiram a venda de carne nas *propinae*, de maneira que, geralmente, a comida servida nesses estabelecimentos era vegetariana, sendo que a carne era deixada para ocasiões especiais.

Os convites feitos por pagãos (1 Co 10.27-29) se enquadrariam nesse contexto. Tais convites eram dirigidos aos *fortes* e *fracos* da comunidade? O autor argumenta que não, já que convites para refeições em casas particulares seria indicador de modesta prosperidade (os pobres moravam em *insulae* e não tinham como preparar refeições). Desta maneira, o convidado cristão deveria pertencer ao mesmo grupo social que o anfitrião pagão. Ele entende também que a hipotética pergunta do v. 28 não foi feita por alguém de *consciência fraca*, mas sim pelo pagão, que conhecia a procedência da carne e talvez quisesse afirmar que era de ótima qualidade (ou seja, fresca, por ser o animal recém-abatido) ou, quando muito, criticar a incoerência do cristão que se alimentava de carnes sacrificadas. Tais *fortes* baseariam seu consumo de carnes sacrificadas no seu *conhecimento* (*gnosis*): tratava-se de um pequeno grupo elitista e com alto nível educacional. Ao endereçar sua crítica a esses membros, Paulo tentava resolver os conflitos sociais instalados na comunidade.

Uma nova discussão sobre a pobreza

Em 2004, surgem novas críticas às proposições do *novo consenso* em geral. Tal discussão foi lançada a partir de um artigo de S. Friesen, cujo tema principal não é a questão da estratificação social, mas a *pobreza* que, segundo o autor, não foi suficientemente debatida nos estudos das comunidades paulinas.¹² Seu principal objetivo era propor um modelo de mensuração da pobreza nas assembleias paulinas como um primeiro passo na reavaliação da descrição social desse grupo. Para Friesen, não pode existir um *novo consenso* ou um *antigo consenso* sobre o *status* social das comunidades paulinas. É possível dizer apenas que a pesquisa do século XX sustenta que os membros dessas comunidades eram formados por pessoas oriundas das camadas médias e baixas da sociedade, com apenas alguns membros dos setores mais elevados.

¹² FRIESEN, S. J. Poverty in pauline studies: beyond the so-called new consensus. In: *JSNT* 26.3, 2004, pp. 323-361.

O autor aponta um sério problema que tem atormentado a descrição social das comunidades paulinas: os estudiosos raramente explicariam os modelos que sustentam seus pensamentos quanto ao funcionamento da estratificação social ou a importância da pobreza nesses modelos. Ao propor seu modelo de mensuração da pobreza nas cidades do Império Romano, Friesen salienta três importantes pontos a serem observados: (i) ainda que seja impossível medir o *status* social como nos dias atuais, pode-se tentar, pelo menos, mensurar os recursos financeiros dos indivíduos; (ii) todos os estudiosos atuais reconhecem que os recursos financeiros são a mais importante variável na indicação de *status*; (iii) ao criar uma escala de pobreza, pode-se evitar a ignorância à qual se relega a maioria silenciosa dos habitantes do Império Romano. Além disto, o autor pede que também se leve em conta que: (a) ao se mensurar a pobreza, não se quer defender que a produção de bens materiais seria a atividade humana fundamental (que determinaria, inclusive, todas as outras esferas da cultura e da sociedade); (b) *status*, para Friesen, não significa necessariamente a mesma coisa que riqueza (ou a falta dela), ainda que pobreza seja a mais importante variável para determinar o *status* social; (c) a escala de pobreza proposta por ele opera num alto nível de generalização, já que lida com todo o Império.

Segundo Friesen, existe consenso entre historiadores econômicos de que, durante o Império Romano, grande parte da população vivia sob o signo da pobreza. Neste sentido, a obra de J. Meggitt, ao contrário das afirmações de Theissen e de outros críticos, estaria em consonância com a historiografia atual sobre a economia romana e o papel desta nas comunidades paulinas. A descrição social binária de Meggitt (uma massa de *destituídos* e uma pequena elite riquíssima) serviu de base, inclusive, para a escala de pobreza apresentada pelo autor. No entanto, tal escala não pode ser binária, pois aqueles denominados *pobres* seriam, no mínimo, 90% da população total, que não poderiam ser tratados indiferentemente. Assim, Friesen desenvolveu uma escala econômica com sete categorias, sendo que:

I - As três mais altas categorias da escala de pobreza (PS 1-3) juntas compreendem uma pequeníssima porcentagem da população, totalizando 1,23% dos habitantes do Império Romano. Se o total da população do Império é normalmente estimado em 55 milhões de habitantes, apenas 677.100 pessoas fariam parte destas categorias;

II – Como o interesse da pesquisa repousa na descrição das grandes cidades, onde as comunidades paulinas floresceram, interessaria saber qual porcentagem desses ricos habitavam as grandes cidades do Império. Friesen que afirma que todos os senadores e as famílias de cavaleiros (PS 1-2) eram ligados a essas grandes cidades. Mas quanto dos 172.850 decuriões e suas famílias (PS 3) morariam em cidades com mais de 10.000 habitantes? Tratam-se de conjecturas bastante nebulosas.

A seguir, a escala de pobreza apresentada por Friesen:

PS 1 – Elites imperiais	Dinastia imperial, famílias romanas senatoriais, realeza local, alguns libertos.
PS 2 – Elites regionais	Famílias de cavaleiros, oficiais provincianos, algumas famílias decuriais, alguns libertos, alguns oficiais militares aposentados.
PS 3 – Elites municipais	A maioria das famílias decuriais, homens e mulheres ricos que não possuíam cargos, alguns libertos, alguns mercadores.
PS 4 – Excedente moderado	Alguns mercadores, alguns comerciantes, alguns libertos, alguns artesãos (que empregam outros), veteranos militares.
PS 5 – Próximo à subsistência	Muitos mercadores e comerciantes, trabalhadores regularmente assalariados, artesãos, donos de grandes lojas grandes, libertos, algumas famílias rurais.
	Famílias com pequenas propriedades, trabalhadores qualificados, artesãos (empregados por outros), trabalhadores

PS 6 – Subsistência	assalariados, a maioria dos mercadores e comerciantes, donos de pequenos estabelecimentos.
PS 7 – Abaixo da Subsistência	Algumas famílias rurais, viúvas, órfãos, mendigos, deficientes, trabalhadores desqualificados, prisioneiros.

Para o autor, o montante das camadas ricas (PS 1-3) nas grandes cidades giraria em torno de 2,8% da população. A maioria esmagadora da população viveria próxima ao nível de subsistência (PS 5-7). Tal *nível de subsistência* se refere aos recursos necessários para oferecer calorias diárias suficientes para a manutenção física do corpo. A quantidade de recursos necessários para prover entre 8 e 10 mil calorias diárias para uma família de quatro pessoas podia variar sensivelmente no século I: a família de um fazendeiro, por exemplo, pode produzir a maior parte da sua alimentação em anos normais, ainda que tivesse que pagar taxas e aluguéis. Por outro lado, muitos trabalhadores urbanos tinham pouca ou nenhuma ligação com a agricultura, tendo que comprar a maioria dos alimentos consumidos (além das taxas e aluguéis). Assim, Friesen propõe uma nova tabela, na qual apresenta valores hipotéticos da renda anual necessária para a manutenção de quatro pessoas:

Categoria	Renda anual (em denarii)
PS 3 (em Roma)	150.000 – 25.000
PS 4 (em Roma)	5.000
PS 5-6 (em Roma)	1.000 – 900
PS 5-6 (em outras grandes cidades)	700 – 600
PS 5-6 (no campo)	300 – 250

É possível perceber, para o autor, que existe uma enorme diferença entre os recursos financeiros disponíveis em cada uma das categorias. Os valores para as duas categorias mais ricas (PS 1-2) são ainda mais altos: um homem que desejasse ser enquadrado como cavaleiro deveria possuir uma propriedade que valesse, no mínimo, 100 mil *denarii*; já alguém que

quisesse se tornar senador precisaria possuir bens imóveis que somassem 250 mil *denarii*. A compra de escravos também demonstraria a quantidade de bens possuídos pelos mais ricos: escravos educados ou prostitutas famosas custavam algo em torno de 25 mil *denarii*; já o valor de uma cozinheira girava em torno de 675 *denarii*, enquanto uma menina custava 150 *denarii* em Pompéia.

Após longas discussões econômicas, Friesen passa a apresentar a importância desta escala de pobreza na criação de um perfil econômico das comunidades paulinas. Para ele, a literatura paulina não apresenta nenhuma evidência de que existissem membros cristãos pertencentes às categorias mais altas da sociedade (PS 1-3). Os membros sobre os quais existe alguma informação econômica (no mínimo uma ou duas pessoas, mas no máximo sete) podem ser classificadas como tendo recursos moderados (PS 4). A grande maioria dos membros das comunidades paulinas, inclusive o próprio apóstolo Paulo, viveriam próximo ao nível de subsistência (PS 5-7).

O conjunto de cristãos mencionados em 1 Co 11.17-34, por exemplo, pertencia às categorias mais baixas da sociedade. Criticando a linha de interpretação de Theissen, Frisen afirma que tais celebrações não ocorriam em grandes e espaçosas casas, onde um abastado anfitrião distribuía as porções segundo o *status* social dos convidados. Ao contrário, aqueles que *nada tinham* não poderiam nem partilhar o alimento na refeição comunitária, e podem muito bem se enquadrar na categoria PS 7. Onésimo, aquele sobre quem Paulo escreveu a Filemon, também estaria entre os níveis PS 6-7. A vida difícil como artesão itinerante (2 Co 11.29; 1 Ts 2.9) indicaria que o próprio apóstolo tinha seus dias preenchidos por longas horas de trabalho duro e por um salário exíguo. Ainda que ele se hospedasse em casas de indivíduos que poderiam ser enquadrados em PS 4, ou recebesse alguma doação de recursos (2 Co 11.7-9), também Paulo pertenceria às categorias PS 5-7.

Tais dificuldades econômicas também podem ser percebidas nos comentários sobre a coleta em favor da comunidade de Jerusalém (que poderia ser enquadrada entre PS 5-6). Não se tratava, segundo o autor, de uma elevada soma doada por poucas famílias abastadas, mas do resultado de uma pequena poupança, acumulada por todos os membros da comunidade. Paulo os tranquiliza sobre o que é mais importante, ou seja, o desejo de contribuir (e não

necessariamente a quantia que foi doada), conforme 2 Co 8.14. Nesse mesmo contexto de pobreza (PS 6), poderia-se enquadrar os cristãos da Macedônia, que doaram generosamente, a despeito da sua própria pobreza (2 Co 8.2)

Também os recursos financeiros de Estéfanos teriam sido exagerados algumas vezes. Para Friesen, tal personagem se enquadraria melhor nas categorias PS 5-6 (ainda que Theissen sustente que, ao possuir uma casa, viajar e prestar serviços comunitários, Estéfanos possa ser considerado um membro com um *status* social mais elevado que a média). Apenas cinco cristãos nomeados poderiam ser alocados entre PS 4-5: Priscila e Áquila, que reuniam uma igreja em sua casa e viajaram para Éfeso, e mesmo para Roma (1 Co 16.19); Filemon, que possuía um escravo e provavelmente alojou Paulo (Fl 22); Erasto, que em Rm 16.23 é chamado de “tesoureiro da cidade” de Corinto; e Febe, figura feminina importante, citada em Rm 16.1-2. Dois outros membros poderiam seguramente pertencer à categoria PS 4: Cloé, que possuía um grupo sob sua liderança, inclusive alguns escravos (1 Co 1.11); e Gaio, mencionado em Rm 16.23, que hospedava Paulo e recebia a igreja em sua residência.

Reações a Friesen

As proposições de S. Friesen foram criticadas por outros pesquisadores, como P. Oakes e J. Barclay. Oakes¹³ considera bastante estimulante o artigo apresentado anteriormente. O perfil econômico das comunidades paulinas, segundo Oakes, parece bastante sensato, ainda que pareça, em alguns aspectos, bastante pessimista (no que se refere a Estéfanos e Febe, por exemplo). O autor considera válidas também as observações a respeito da coleta em favor da comunidade de Jerusalém. Mas ainda que Friesen trabalhe bem a questão da pobreza de recursos, Oakes lembra que as fontes antigas, e mesmo o Novo Testamento, quase nunca nos informam os recursos de um grupo particular ou de uma pessoa pobre: apenas informam sobre o comportamento desses indivíduos. Desta maneira, a escala de pobreza estaria baseada não sobre os recursos possuídos, mas sobre o comportamento. Ainda que ele considere o conceito de *subsistência* bastante problemático para a construção dessa escala (a pobreza está bem acima do que chamamos *subsistência*), ela nos levaria além da simples dicotomia *elite* x *pobres*, apresentada por Meggitt.

¹³ OAKES, P. Constructing poverty scales for Graeco-Roman society: a response to Steven Friesen's 'Poverty in pauline studies'. In: *JSNNT* 26.3, 2004, pp. 367-371.

O autor, citando a definição sociológica de P. Townsend em seu *Poverty in the United Kingdom*, afirma que a pobreza seria a falta de recursos necessários que permitam a participação nas atividades, hábitos e dietas comumente aprovadas pela sociedade. Essa seria a *pobreza relativa*, que para outro pesquisador, M. Howard, em *Poverty: the facts*, não seria nada diferente da *pobreza absoluta*. De qualquer forma, para que se construa uma escala de pobreza, seria necessário levar em conta necessidades múltiplas. Uma solução, segundo Oakes, seria construir uma escala de pobreza baseada em fatores como dieta adequada para a sobrevivência, dieta adequada para uma boa saúde, etc. No entanto, ele alerta que talvez nunca seja possível elaborar uma escala que seja completa.

J. Barclay¹⁴ faz diversos elogios sobre o artigo de Friesen por conta dos seguintes fatores: (i) trata-se de uma construção histórica alternativa, que contempla pensamentos ideológicos implícitos, (ii) construção essa que vai além das referências acadêmicas sobre *elite*, *classe alta*, *pobre*, (iii) oferecendo, assim, uma análise mais profunda sobre os níveis econômicos além do modelo binário usado por J. Meggitt. Barclay fará também um longo apanhado sobre a relação entre a pesquisa acadêmica e a ideologia, aspectos bastante comentados no início do artigo de S. Friesen, no que se refere às proposições de Deisseman e Theissen e ao estudo das comunidades paulinas. Barclay reflete também sobre caminhos a serem tomados para se fazer a crítica ideológica durante o trabalho intelectual.

Ele analisa também a importância da escala de pobreza apresentada por Friesen, considerada muito valiosa para os estudos sobre estratificação econômica e social nas comunidades paulinas. Friesen também demonstraria quanto são vagos os dados da literatura paulina para que se estabeleça o *status* econômico dos membros daquela comunidade. Sendo as conclusões bastante imprecisas, o máximo que se pode dizer é: a maioria dos cristãos paulinos vivia próximo ao nível de subsistência / sobrevivência, ainda que alguns tivessem mais recursos econômicos. E ainda que Barclay defenda que a questão econômica não era o aspecto mais importante nas cartas paulinas (1 Co 1-4; 2 Co 10-13), a riqueza era um dos fatores que determinaria a liderança dentro da comunidade.

¹⁴ BARCLAY, J. Poverty in pauline studies: a response to Steven Friesen. In: *JSNT* 26.3, 2004, pp. 363-366.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a seqüência de apresentações e debates, pretendeu-se trabalhar os temas propostos pela disciplina, como *estratificação social*, *conflitos sociais*, *modelos sociais* e a *relação dos cristãos com instituições romanas*, sempre a partir da comunidade paulina de Corinto, utilizando-se principalmente de 1 Co, considerada um documento inigualável para se conhecer uma comunidade cristã do primeiro século. Como conclusão dessa empreitada, seguem algumas considerações sobre os principais focos da pesquisa mais recente sobre essa temática.

O debate tem girado em torno da existência de uma diversidade econômico-social entre os membros das comunidades paulinas, nomeadamente a comunidade coríntia. Importantes autores da área, como Meeks, Malherbe e Theissen, têm defendido essa hipótese desde os anos de 1970, sustentando que essa diversidade explicaria alguns conflitos presentes nas cartas paulinas, como a disputa entre os *fortes* (membros que teriam uma melhor condição econômica) e os *fracos* (membros pobres da comunidade).

Mais recentemente, reagindo às críticas surgidas dentro da temática, tal hipótese foi refinada por G. Theissen, que trouxe novos argumentos para a discussão: posto que a elite imperial romana atingisse apenas 1% da população total, não se pode esquecer da existência das elites provinciais urbanas; muitos indivíduos são nomeados na correspondência paulina, alguns exercendo cargos públicos (na sociedade ou na comunidade cristã) e outros como *chefes* de *casas* e/ou de igrejas domésticas, como Erasto (tesoureiro da cidade, segundo Rm 16.23), Crispo (o *principal* da sinagoga em At 18.8), Priscila e Áquila (Rm 16.3), Febe (diaconisa, segundo Rm 16.1-2), Estéfanos e sua casa (1 Co 16.15) e Gaio (que hospedava a Paulo e a toda a igreja, segundo Rm 16.23). Para sustentar esse último argumento, Theissen tece comparações entre a comunidade cristã e as *collegia* romanas e ilustra a importância dos *archisynagogoí* no judaísmo do Império.

Outros argumentos importantes, também apresentados por Theissen, são: a importância social, mas também econômica, de se possuir a cidadania romana, como seria o caso de Paulo, a partir de *Dio Crisóstomo*; a provável menção à prosperidade de alguns membros da comunidade em 1 Co 1.26-29, em que o apóstolo cita a existência de pessoas que não eram “bem nascidas” (*engeneis*), e em 2 Co 8, quando exalta a “prosperidade” dos coríntios em contraste com a “pobreza” dos macedônios; os conflitos estabelecidos durante as reuniões cúlticas da

comunidade coríntia, ocasiões em que alguns membros chegavam antes (por não precisarem trabalhar tanto) e saíam embriagados, enquanto outros chegavam após o início da reunião e passavam fome; o consumo de carne, alimentação mais usual entre as pessoas mais abastadas, comprada ordinariamente nos *macella* (1 Co 10.25), além dos convites feitos pelos pagãos (1 Co 10.27-29), o que indicaria um *status* social mais elevado do anfitrião e dos convidados.

Ainda que a hipótese da existência de uma certa estratificação social em Corinto seja bastante difundida, nem todos os pesquisadores concordam com esse *novo consenso*. J. J. Meggitt, por exemplo, em sua obra *Paul, poverty and survival*, faz severas críticas a esta hipótese, defendendo que Paulo e seus seguidores eram *pobres*, e que na sociedade romana somente 1% poderia realmente ser considerada *rica*. Tal pobreza deve ser considerada endêmica, a partir dos baixos níveis de nutrição na Antigüidade romana. Ao contrário de D. Martin, que defende a existência de um *patriarcalismo benevolente* nas comunidades cristãs, onde os *fortes* agiriam como demagogos típicos do mundo grego (idéia já enunciada por Theissen), Meggitt sustenta que, como estratégia de sobrevivência, os cristãos praticavam uma espécie de *mutualismo*, cujo melhor exemplo seria a coleta destinada aos pobres de Jerusalém. Martin faz também severas críticas à obra de Meggitt, acusando-o de simplificar demasiadamente a divisão social romana, além de se utilizar tendenciosamente das fontes pesquisadas.

Outras críticas à provável existência de uma certa estratificação social nas comunidades paulinas partem de S. Friesen. Este autor faz importantes observações em relação à postura política, tanto dos pesquisadores que propuseram o *novo consenso*, como daqueles que defendiam o *antigo consenso* (que vigorou no início do século XX), como A. Deissmann, e sustenta que em nenhum momento o termo *pobreza* ganha alguma importância, ainda que seja bastante debatida a questão dos conflitos sociais. E por conta disto, trabalha pormenorizadamente os níveis de pobreza existentes nas cidades romanas do século I para entender a realidade das comunidades paulinas, não do ponto de vista do *status* social, mas a partir da *pobreza*. Seguindo a mesma linha de Meggitt, sustenta que a maioria da população romana vivia próxima à linha de subsistência, assim como os cristãos das comunidades paulinas (muitos deles, inclusive, nada tinham para a Ceia do Senhor); pouquíssimos cristãos estariam um pouco acima dos níveis de pobreza.

Como uma espécie de anexo, gostaríamos de apresentar alguns dados arqueológicos sobre o tema, tratados brevemente durante nossas apresentações. O debate sobre a estratificação social é incrementado por duas posturas diversas: aquela já consagrada, elaborada por Murphy-O'Connor¹⁵, que explica os conflitos existentes durante as celebrações em Corinto a partir de um cenário hipotético para essas reuniões, a *villa* romana de Anaploga. Segundo o autor, as dimensões da sala de refeições (*triclinium*) não permitiam a participação de todos os membros da comunidade, e a maioria das pessoas ficaria mal-acomodada no *atrium*, enquanto os mais abastados (seguindo a linha de pensamento também proposta por Theissen), reclinavam-se em confortáveis divãs. A recente hipótese de D. Horrell,¹⁶ para quem edifícios de dois ou três andares, encontrados próximos ao teatro de Corinto, cujos dois cômodos térreos eram utilizados como lojas ou tavernas, demonstrariam bem o tipo de residência de pequenos comerciantes empobrecidos, apresentando um novo cenário para as celebrações dos coríntios, próximo àquele sustentado por Meggitt e Friesen.

A partir desta brevíssima exposição, é possível perceber como os debates sobre a temática da estratificação e do conflito social no interior das comunidades paulinas, além de constantemente atualizados, têm sido bastante acalorados, o que demonstra o vigor da pesquisa. Neste sentido, é importante ressaltar: (i) a existência de sérios conflitos na comunidade de Corinto que, inclusive, motivou a elaboração das cartas paulinas; (ii) a existência de uma relativa estratificação social na comunidade, geradora de conflitos internos; (iii) o cuidado com os exageros cometidos em relação a essa estratificação – não se pode admitir, a partir das cartas, a existência de uma comunidade formada apenas por pessoas vivendo na linha da subsistência e, tampouco, imaginar que os *fortes* da comunidade seriam membros da elite mais influente da cidade; (iv) a interpretação acurada das fontes e a constante comparação com fontes greco-romanas do mesmo período, como ficou claro nos debates, durante as apresentações; (v) a importância dos dados arqueológicos na proposição de possíveis cenários materiais dessa comunidade.

¹⁵ MURPHY-O'CONNOR, J. *Corinthe au temps de Saint Paul: d'après les textes et l'archéologie*. Trad. Jean Prignaud. Paris: Éditions du Cerf, 1986.

¹⁶ HORRELL, D. Domestic space and Christian meetings at Corinth: imagining new contexts and buildings east of the theatre. In: *New Testament Studies* 50, 2004, pp. 349-359.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, E. & HORRELL, D. G. The scholarly quest for Paul's church at Corinth: a critical survey. In: ADAMS, E. & HORRELL, D. G. *Christianity in Corinth: the quest for the pauline church*. Louisville/London: Westminster John Knox Press, 2004.

BARCLAY, J. Poverty in pauline studies: a response to Steven Friesen. In: *JSNT* 26.3, 2004.

FRIESEN, S. J. Poverty in pauline studies: beyond the so-called new consensus. In: *JSNT* 26.3, 2004.

HORRELL, D. Domestic space and Christian meetings at Corinth: imagining new contexts and buildings east of the theatre. In: *New Testament Studies* 50, 2004.

MARTIN, D. Review essay: J. J. Meggitt, Paul, poverty and survival. In: *JSNT* 84, 2001.

MEGGITT, J. J. Response to Martin and Theissen. In: *JSNT* 84, 2001.

MURPHY-O'CONNOR, J. *Corinthe au temps de Saint Paul: d'après les textes et l'archéologie*. Trad. Jean Prignaud. Paris: Éditions du Cerf, 1986.

OAKES, P. Constructing poverty scales for Graeco-Roman society: a response to Steven Friesen's 'Poverty in pauline studies'. In: *JSNT* 26.3, 2004.

THEISSEN, G. The social structure of pauline communities: some critical remarks on J. J. Meggitt, Paul, poverty and survival. In: *JSNT* 84, 2001.

_____ Social conflicts in the Corinthian community: further remarks on J. J. Meggitt, Paul, poverty and survival. In: *JSNT* 25.3, 2003.

_____ Social stratification in the Corinthian community: a contribution to the sociology of early Hellenistic Christianity. In: ADAMS, E. & HORRELL, D. G. *Christianity in Corinth: the quest for the pauline church*. Louisville/London: Westminster John Knox Press, 2004.